

CRESCIMENTO, UMA QUESTÃO DE CRIATIVIDADE

Ubiratan J. Iorio

*"... a riqueza econômica brota do espírito humano - pela invenção, pela descoberta e, também, pelos hábitos da pontualidade, trabalho perfeito, "know-how" prático e adaptabilidade". (Michael Novak)**

Uma das maiores aspirações - senão a principal, sob o aspecto material - dos seres humanos, desde a mais remota antiguidade, é a de viver com dignidade e com a perspectiva de poder, mediante o próprio esforço, melhorar progressivamente as condições de vida ao longo do tempo. Este desejo e esta vocação são inerentes à condição e ao espírito humanos. Por esta razão, não vemos como alguém, de plena posse de suas faculdades mentais, possa ser "contra" o crescimento econômico, uma vez que isso equivale a ser contra o aumento da capacidade de geração de riqueza por parte da sociedade.

Qualquer pessoa medianamente bem informada sabe que os padrões de vida nas sociedades desenvolvidas, isto é, no chamado "primeiro mundo", superam os daquelas que continuam mergulhadas na pobreza decorrente do subdesenvolvimento. Qualquer trabalhador de um país do denominado "terceiro mundo" deseja ter acesso ao conforto, aos bens, aos serviços, aos espetáculos artísticos, à cultura, etc. de que já gozam os que vivem nas sociedades que evoluíram e que possuem economias dinâmicas.

Por isso, devemos enfatizar que **a opção pelo "terceiro mundismo" é, antes de mais nada, uma opção pouco inteligente.** Ela é, sem dúvida, cruel e desumana, porque agride os indivíduos naquilo que eles possuem de mais representativo, que é a vontade de crescer, de evoluir, de vencer na vida.

O crescimento econômico é, na realidade, o único meio possível para alcançar-se a libertação da pobreza e para eliminar-se os sofrimentos físicos da fome, da falta de teto e do frio, bem como os condicionamentos espirituais representados pelos bloqueios à auto-expressão e à liberdade de escolha. Conforme Michael Novak registra com bastante clarividência, os seres humanos - entre os quais contam-se poucos santos - são envolvidos pela busca de propósitos materiais, para o que devem ser livres para buscarem seus ideais, sem a opressão da pobreza, de acordo com o que seus espíritos lhes ditam: uns fazem-no admiravelmente; outros, lamentavelmente. "Tanto quanto uma maior riqueza econômica aumenta o âmbito da livre escolha, maiores são as responsabilidades humanas. É tão difícil os ricos entrarem no reino dos céus como um camelo passar pelo buraco de uma agulha"⁽¹⁾.

Embora o próprio Cristo tenha declarado explicitamente que sempre haverá pobres no mundo, a obrigação de todos os seres humanos - e, com mais forte razão, a dos economistas, que são os que mais têm a dizer sobre o assunto - é

fazer o que estiver ao seu alcance para eliminar a miséria e reduzir os diversos graus de pobreza.

Entretanto, para que se possa ser "favorável" ao crescimento, é preciso, antes de mais nada, saber o que é crescimento: como pode ser possível defender algo que não se sabe o que significa? Infelizmente, esta é a situação de muitas pessoas com boas intenções que, julgando o crescimento como "bom" por seus claros efeitos - aqueles "que se vêem" - e desconhecendo as fontes do crescimento sustentado, são levados a propor "políticas voltadas para o crescimento" cujos efeitos, que se podem prever (mas que elas não conseguem antecipar), são desastrosos para o crescimento. Agem como no caso daqueles viajantes sedentos que, vendo uma poça no calor do deserto, bebem de sua água, para descobrirem depois que estava contaminada.

Quando alguém, seja um político, um empresário, um sindicalista ou um economista, defende, por exemplo (como costuma ser bastante comum), a redução das taxas de juros mediante a abertura das torneiras do crédito oficial, para fazer "o país retomar o crescimento", ele pode nem saber (infelizmente, muitas vezes, sabe), mas o que está, na realidade, defendendo é a recessão e a inflação, como vimos no capítulo anterior. Atitudes desse tipo podem levar a efeitos mais extensos do que os sentidos apenas pelos viajantes que beberam a água contaminada, pois, nesse caso, além de bebê-la, os "desenvolvimentistas", os "progressistas" e os demagogos disfarçados desejam também fazer com que os integrantes da sociedade a bebam. O populismo, como disse Einstein, é uma doença infantil, o sarampo da humanidade.

Os brasileiros estão, por justíssimas razões, sedentos de crescimento. Mas, afinal o que é o crescimento? Os objetivos do ensaio que constitui este capítulo são ajudar o leitor a responder a esta pergunta básica, à luz da teoria da "Escola Austríaca" exposta na segunda parte e responder a outra questão que tem sido crucial para nós, brasileiros: por que nossa economia deixou de crescer?

Sob o ângulo estritamente econômico, o crescimento pode ser caracterizado como um processo de acumulação generalizada de capital, isto é, de elevação dos estoques de capital físico, humano e tecnológico ao longo do tempo. Trata-se de um fenômeno com duas características fundamentais, cujo desconhecimento tem levado a desastrosos erros de política econômica, especialmente nos países da América Latina.

A primeira marca registrada do crescimento é que ele é um processo de longo prazo, que se desencadeia mediante a realização contínua de investimentos em capital físico, humano e tecnológico; a segunda é que ele se manifesta - já que consiste em cadeias de investimentos que se sucedem uns aos outros - por uma ampliação contínua na capacidade de geração de bens e serviços. Repitamos estes dois pontos, para que sua importância crucial fique devidamente registrada. **As duas características centrais do crescimento econômico são: (a) ele é um fenômeno de longo prazo e (b) ele é uma questão de oferta.** Em outras palavras, quando a economia apresenta uma ampliação ao longo do tempo em sua capacidade de gerar oferta, dizemos que ela está em um processo de **crescimento autosustentado.**

Nunca é demais frisarmos essas características, para que possamos contrastá-las com a visão - absolutamente imprópria, mas que, infelizmente, é bastante difundida - que costuma associar o crescimento aos períodos de expansão da

demanda, que pode ser "estimulada" pelo Estado, mediante suas políticas (fiscal, monetária e cambial) de inchação da demanda agregada. Tal visão, originariamente de inspiração keynesiana e posteriormente influenciada pela visão equivocada e estreita do estruturalismo cepalino dos anos 50 e 60, bem como por fragmentos da teoria da "exploração" marxista, leva a conclusões falsas, cuja aplicação a diversas economias do "terceiro mundo" nada mais fez do que tornar crônica a inflação, provocar surtos efêmeros de "crescimento" (logo abortados por recessões e reacelerações inflacionárias) e estimular indústrias ineficientes, o que significa, resumindo em uma palavra, o empobrecimento, fruto líquido e certo das visões "terceiro mundistas".

O crescimento autosustentado não é um fenômeno de curto prazo, que possa ser gerado por políticas de estímulo à demanda. Ele não pressupõe a criação de pseudo-poupanças, sob a forma de créditos oficiais subsidiados ou de papéis pintados com carimbo da Casa de Moeda e a assinatura de um ministro e do presidente do Banco Central, mas requer a formação de autêntica poupança que, como vimos no capítulo 5, exige o esforço da renúncia ao consumo presente. Sob o aspecto moral, ele se baseia nas virtudes da dedicação ao trabalho, do esforço e da frugalidade, o que é bastante diferente das práticas que são adotadas pelos que se candidatam à recepção da pseudo-poupança das verbas oficiais; estas caracterizam-se, em linhas gerais, pela substituição da frugalidade pela prodigalidade - dos que destinam os recursos públicos - para com os seus eleitos, o que, geralmente, decorre do trabalho eficiente de "lobistas" pagos a peso de ouro por esses últimos...

Observemos que a poupança é uma condição apenas necessária para o crescimento, isto é, que a simples formação de poupança não garante o crescimento. Os modelos econômicos que não atentaram para este fato, como os de Harrod, Domar e as teorias de "círculo vicioso da pobreza", que combinavam a cegueira da Cepal com as teses intervencionistas do economista socialista sueco Gunnar Myrdal, podem, por esta única razão (embora apresentem muitas outras) ser classificados não como modelos de crescimento, mas como modelos de estagnação⁽²⁾.

O crescimento requer que a poupança - a verdadeira poupança - seja transformada em investimentos nas diversas modalidades de capital, uma vez que ele nada mais é do que um complexo processo de realização de **investimentos**, em que os fluxos de gastos realizados determinam os aumentos nos estoques de capital, ao longo da cadeia de bens de produção que compõem a estrutura produtiva. A característica essencial dos investimentos que movimentam o motor do crescimento é que eles devem refletir-se em aumentos de produtividade e de lucratividade. De fato, sob um regime de liberdade econômica, o processo de mercado descrito no capítulo 3, marcado pela necessidade permanente de estar alerta às boas oportunidades de investimentos, premia naturalmente os "entrepreneurs" mais eficientes e castiga os ineficientes, o que faz com que os resultados líquidos sejam reflexo de lucratividade e produtividade. Os maus empresários, se não se transformarem em bons empresários, irão à falência, o que beneficiará os consumidores.

Sob esta ótica - que, afinal, é a única razoável - não faz o menor sentido falar-se em "investimentos" públicos, cujos critérios não são regidos pelas exigências de eficiência impostas pelo processo de mercado; podemos simplesmente falar em "gastos públicos extra-custeio", como aproximação rudimentar para o conceito de investimento econômico. Por isso, os planejadores macroeconômicos, ao

proporem programas de "retomada do crescimento" baseados em "investimentos" públicos, planejam, na realidade e sem que sua formação deturpada pelo keynesianismo lhes permita reconhecer, a estagflação e o agravamento da pobreza.

De acordo com a perspectiva relevante - que é a de longo prazo, uma vez que o aforismo de Keynes de que no longo prazo todos estaremos mortos não passa de uma simples apologia à vida das cigarras ou, como disse Mises, um elogio a Madame Pompadour ou a sua sucessora, Madame du Barry⁽³⁾ - "promover o crescimento" com base em políticas de gastos públicos leva os proponentes dessas políticas ao crime de lesa-pátria de ofenderem o "social", palavra da qual julgam haver-se apropriado. Um caso típico de apropriação indébita, do qual o tribunal da evidência histórica tem proporcionado um permanente veredicto.

Sabemos, então, o que é o crescimento e aprendemos - infelizmente, às custas de muitas frustrações provocadas por políticas equivocadas - que nenhuma economia pode crescer o que ela "quer" ou o que seus políticos ou economistas oficiais desejam que ela cresça, mas apenas o que ela "pode" crescer, o que é determinado por uma complexa conjugação de fatores, cuja compreensão correta exige o exame das chamadas **fontes do crescimento**.

Estas devem ser divididas, a grosso modo, em dois grandes grupos: as fontes puramente econômicas e as fontes de natureza institucional, que gostamos de denominar de "ambientais". A vantagem desta divisão é que, embora possa parecer meramente um recurso didático, uma vez que, no mundo real, isto é, nas ações econômicas que os indivíduos realizam dia a dia, ela não seja tão aparente, trata-se de um expediente que nos permite, de um lado, escapar das abordagens excessivamente técnicas enfatizadas pelos modelos de crescimento usuais (tanto os keynesianos como os neoclássicos) e, de outro, enfatizar os importantes efeitos do ambiente político, institucional e moral sobre o crescimento.

As fontes puramente econômicas do crescimento consistem na contribuição dos fatores de produção para o aumento das quantidades de bens e serviços que a economia produz ao longo do tempo. Assim, a taxa de crescimento do produto real costuma ser expressa matematicamente como uma função crescente das taxas de crescimento do estoque de capital e da mão-de-obra. As contribuições de cada um desses fatores podem ser desagregadas, conforme feito por Denison⁽⁴⁾, seguindo Jorgenson⁽⁵⁾, de acordo com seus componentes quantitativos, alocativos e qualitativos, metodologia utilizada no Brasil, por exemplo, por Langoni, no início dos anos 70⁽⁶⁾, para ressaltar a ênfase que os investimentos em capital humano deveriam ganhar em nosso país.

Embora não cheguemos a afirmar que essas formas de abordagem não tenham utilidade, o fato é que, segundo a perspectiva da Escola Austríaca, elas estão sujeitas a várias críticas, que podemos agrupar em quatro. A primeira, que decorre de sua ênfase macroeconômica, é que costumam trabalhar com magnitudes holísticas, isto é, com "agregados" (tais como "PIB" "estoque de capital", "renda nacional", etc.) que, na realidade, são meras abstrações teóricas, uma vez que não são encontrados no mundo real. Mises mostrava-se absolutamente cético em relação aos métodos macroeconômicos, chegando a afirmar que, enquanto na física a mudança de ênfase do estudo das moléculas para o estudo do átomo foi considerado um progresso, em economia sucedeu o oposto: "a mudança da microeconomia para a macroeconomia tem sido (erradamente) vista como um avanço"⁽⁷⁾.

A segunda crítica é que a idéia de um produto e de uma renda "nacionais", cujo crescimento possa ser estimulado pelo planejamento governamental, leva à crença de que eles possam ser "distribuídos" pelos planejadores.

A terceira é que tais abordagens tratam algo essencialmente subjetivo, como é a teoria econômica, como se fosse objetivo, o que as leva, por exemplo, a acreditar que suas mensurações sobre "bem-estar social" sejam confiáveis a ponto de se transformarem em funções matemáticas a serem maximizadas. Por quem? Pelos planejadores, obviamente...

Por fim, os modelos usuais de crescimento esquecem-se de que a ação humana se processa em um mundo que extravasa tantas variáveis quantas se queira incluir em suas equações. Os indivíduos, que pautam sua conduta pelo axioma básico da praxeologia, que os leva a agir sempre em busca de maior satisfação (que, certamente, é determinada de modo subjetivo) fazem-no em resposta à confiança (ou desconfiança), a estímulos (ou desestímulos), a crenças (ou descrenças), a anseios, a desejos, enfim, a todo um "ambiente" que é fortemente influenciado por fatores de natureza institucional. Desconhecê-los, portanto, é limitar-se a uma visão que, na melhor hipótese, somente consegue lidar parcialmente com a complexa questão do crescimento.

Não faz sentido, então, empregarmos esta palavra sem que expliquemos o que realmente significa: um processo dinâmico de evolução das forças econômicas, no sentido de que sua capacidade de produção torna-se maior ao longo do tempo; das forças políticas, em busca de seu dimensionamento adequado e do cumprimento de seus atributos básicos de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, estabelecer e assegurar a ordem e resolver satisfatoriamente a importante questão da contenção do poder; e, finalmente, das forças éticas e morais, que devem irrigar todas as atividades econômicas e políticas, sem o que ocorre um paulatino envenenamento de todo o sistema.

A libertação dos povos da tirania política e da pobreza econômica é uma tarefa essencialmente moral⁽⁸⁾, o que mostra o extraordinário valor do sistema moral e ético, o qual, infelizmente, tem sido relegado a plano secundário por parte de políticos, economistas e filósofos em todo o mundo.

O crescimento econômico só pode ocorrer onde haja respeito à lei (Nomos) e onde seus atores sejam regidos pelos princípios universais da moralidade comum. Como fez notar Novak⁽⁹⁾, as atividades econômicas brotam do espírito humano, o que as torna naturalmente subordinadas às leis (morais) do espírito humano, sob pena de que desapareçam. Tanto a democracia como a economia dependem da adesão à lei, isto é, do **respeito** a normas gerais de justa conduta e não da simples **obediência** a comandos construtivistas (Thesis), que definimos na primeira parte deste livro. As atividades econômicas só podem prosperar sob um sistema jurídico-institucional confiável e respeitado, onde a lei moral constitua-se em um hábito. De fato, em uma sociedade livre, as ações dos indivíduos no extenso campo da economia são voluntárias e mútuas, baseadas na cooperação, na confiança recíproca e no crédito. Isto nos leva a entender que a vida econômica costuma fluir com maior facilidade quanto mais os agentes econômicos - ou seja, o povo - sejam respeitadores da lei e da moral: "todo o vício ou fraqueza humana injuria a atividade econômica sadia"⁽¹⁰⁾.

Tais considerações gerais parecem-nos suficientes para que possamos gravar as importantes implicações que configuram: tanto a liberdade política, no âmbito de uma democracia representativa, em que prevaleça o respeito pelos direitos básicos e em que o poder do Estado não seja maior do que o necessário e suficiente para fazer valer aqueles direitos, quanto a liberdade econômica característica das economias de mercado, que é o elemento capaz de deflagrar as forças econômicas que geram o crescimento, são metas morais, cuja concretização impõe uma reta moralidade, o que tende a realizar plenamente o homem, no terreno material e em sua dimensão espiritual.

O crescimento, entendido não apenas por sua ótica econômica, mas como um conceito mais abrangente, que inclua o aprimoramento dos seres humanos, não pode ser dissociado da idéia de liberdade, não apenas individual, mas como virtude social, comunitária. Liberdade não é egoísmo; é cooperação, espírito de equipe e, ao mesmo tempo, criatividade individual.

O crescimento sustentado representa, sob esta ótica, a contrapartida do espírito criativo. Assim, parece óbvio que todas as sociedades que estimulam e premiam a criatividade de seus cidadãos, notadamente a dos mais pobres, tendem a colher safras generosas, o que as transformará em sociedades inventivas e, com o decorrer do tempo, cada vez mais enérgicas, fortalecidas e pujantes. **O âmago do crescimento, resumindo, está na capacidade de se moldar instituições que premiem - e não que obstruam - a imaginação criativa.**

Para que os três sistemas que compõem a estrutura sócio-econômica - o político, o econômico e o ético-moral - possam dar sua contribuição máxima ao processo de crescimento, eles devem estar institucionalmente separados, assim como os poderes executivo, legislativo e judiciário devem estar separados, no âmbito do sistema político. Isto significa que o sistema político deve manter-se à parte das questões de consciência, tais como as igrejas, das questões de informação, como a imprensa, das questões no campo das idéias, como as universidades, as associações de escritores e de artistas e as editoras e, também, das questões que fazem parte do sistema econômico, como por exemplo, as taxas de juros, os salários e os preços em geral.

Tais considerações permitem que entendamos porque a economia brasileira - como, de resto, as economias dos países pobres - não conseguiu ainda responder satisfatoriamente, de forma autosustentada, ao desafio do crescimento, com a conseqüente deterioração dos padrões de vida de seus cidadãos.

Ainda não existe, em toda a América Latina, uma única economia que se possa dizer que seja capitalista, assim como não existe uma consolidação democrática sólida. Com efeito, apesar dos esforços do Chile, do México e, mais recentemente, da Argentina, todos os países da América Central e da América do Sul apresentam estruturas que se caracterizam, invariavelmente, pelo exercício de funções fortes, poderosas e desproporcionais por parte do Estado. Periodicamente, os bancos são nacionalizados; o capital estrangeiro, vilipendiado; os mercados, regulados; os preços, controlados e, não poucas vezes, prefixados e, mesmo, congelados; os salários, idem; os lucros, tributados. Isto tudo significa que a criatividade, isto é, a força motriz do crescimento, ao invés de ser estimulada e premiada, é desincentivada e punida.

Não raramente, uma parcela considerável da população recebe a sua renda do Estado (em suas três esferas), seja na administração direta, seja nas empresas

estatais, que se multiplicam às centenas e que se transformaram em verdadeiros símbolos religiosos, sem qualquer fundamentação na racionalidade econômica, graças aos esforços dos grupos corporativistas que vivem à sua sombra, de políticos nacionalistas, de intelectuais saudosos do muro de Berlim e de sindicalistas raivosos que ainda crêem - ou fingem crer - nas profecias de Marx.

Não poucas vezes, as duas classes mais poderosas são os latifundiários e os militares, bem como castas de grandes "empresários" que obtêm permanente proteção, diretamente fornecida pelo Estado, contra o incômodo da concorrência externa e interna. A classe média, na maioria desses países, é relativamente pequena; as economias são organizadas de cima para baixo. O setor dos pequenos negócios, cujo dinamismo seria essencial para a geração de riqueza, via de regra, é o mais fraco, sufocado por uma tributação pesada, voltada para a alimentação do elefante estatal e do tigre inflacionário.

"Quando Deus criou a América Latina deve ter ficado muito satisfeito. Olhou-a e viu que "estava perfeita""(11). Esta observação do teólogo e diplomata Michael Novak, ao mesmo tempo que realça a riqueza potencial de nosso continente - da qual o Brasil detém o quinhão mais expressivo - revela a imensidão das tarefas que ainda temos que realizar.

Mediante um penoso processo de tentativas e erros, aprendemos - ao que parece - as vantagens da democracia política. Resta-nos, contudo, assimilar a importância da democracia econômica, sem a qual a democracia política não consegue resistir por muito tempo, bem como resgatar os valores éticos e morais básicos, levados ao descrédito pela onda de relativismo moral e de ateísmo que se abateu sobre a humanidade (não apenas sobre a América Latina) e que se agigantou na razão direta do estatismo. Como diz Roberto Campos, a burocracia gosta de criar dificuldades para vender facilidades...

A democracia econômica é o caminho correto - e único - capaz de quebrar o círculo vicioso que marcou nossas sociedades ao longo de muitas décadas, iniciado por medidas populistas, das quais resultava, depois de algum tempo, fome, mais pobreza e mais inflação, o que resultava em tensão social, à qual se seguiam a ruptura da democracia política, o acerto temporário da economia, as pressões pela volta da democracia, a vitória dessas pressões e, novamente, a volta do populismo, com o conseqüente reinício do ciclo.

Só há uma forma de quebrá-lo: a democracia econômica - ou seja, o liberalismo sem adjetivos - coadjuvada pela democracia política e pelo respeito à lei e a normas morais sólidas. Na linguagem hayekiana, isto significa duas palavras gregas, Nomos e Cosmos, com tudo o que elas encerram.

Enquanto dermos ouvidos ao populismo, ao nacionalismo e ao estatismo, mascarados sob o rótulo do "progressismo"; enquanto nossas instituições permitirem que os interesses que inevitavelmente movimentam o sistema político continuem a interferir no sistema econômico, controlando preços, fixando salários, manipulando as taxas de juros e impedindo a concorrência; enquanto nossa diplomacia insistir em alinhar-se com o bloco do "terceiro mundo"; enquanto, ainda, continuarmos bloqueando toalmente o espírito de criatividade, fechando nossas economias, desrespeitando patentes, punindo lucros, tributando as atividades econômicas, enaltecendo o papel das empresas estatais, alimentando o déficit do setor público, maculando direitos básicos; enquanto, enfim, não nos colocarmos no lugar de verdadeiros cidadãos, livres e responsáveis, limitando os

poderes do Estado, racionando os mantimentos do "leão", erigindo instituições que garantam a fortaleza de nossa moeda e impedindo que o Estado faça da educação mera plataforma política, estaremos condenados a continuar a ser o que sempre fomos: países pobres, embora, paradoxalmente, ricos em potencial.

A história brasileira recente - bem como a de nossos vizinhos - pode ou não ser resumida no parágrafo anterior? Deixamos a resposta para o leitor. Eis as razões de nossa estagflação. Ela é imoral, porque não é correto que existam miseráveis onde não deveriam existir, como não é correto uma moeda não ser forte quando deveria ser.

O que é mais lamentável e vergonhoso, falando especificamente do Brasil, é o imenso abismo existente entre nossa capacidade de gerar riquezas e nossa produção efetiva de riquezas. Como disse um importante economista liberal brasileiro, nossa economia assemelha-se a um potente avião pronto para decolar magnificamente, mas que, por incompetência da torre de comando, permanece paralisado na cabeceira da pista, queimando combustível. Para que ele decole, basta que a criatividade e a inventividade, que caracterizam os brasileiros, seja liberada.

Porque o crescimento - é só verificarmos caso a caso os países que cresceram - é uma questão de criatividade, isto é, de liberdade de escolha para estimular a criatividade! Devemos entender definitivamente que tanto o conservadorismo da direita quanto o festejado e auto-proclamado "progressismo" da esquerda - ambos calcados, cada um de acordo com seus interesses, no estatismo - são retrógrados. A liberdade e seu corolário, o progresso, não estão nem à direita nem à esquerda: estão à nossa frente.

